



“Desafios para a pesquisa e o ensino de história são internacionais”: uma entrevista com Joana Maria Pedro

Entrevista realizada por Ana Rita Fonteles Duarte¹

Notas preliminares



A historiadora Joana Maria Pedro é referência nos estudos sobre história das mulheres e relações de gênero no Brasil. Autora de *Mulheres honestas e mulheres faladas: uma questão de classe* e *Práticas Proibidas: práticas costumeiras de aborto e infanticídio no século XX*, ela vem, nos últimos anos, desenvolvendo

pesquisas sobre feminismos e movimentos de resistência às ditaduras no Cone Sul entre os anos de 1960 e 1980, além de analisar as circulações e apropriações das teorias feministas numa perspectiva comparada entre países como Brasil, Chile, Argentina e Uruguai.

Recentemente aposentada pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), onde lecionou por 26 anos, ela continua ligada à Pós-Graduação em História e à Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas naquela instituição, orientando trabalhos e dando aulas. Durante sua trajetória, já orientou 43 dissertações e 34 teses. Junto a outras professoras da UFSC e da Universidade Estadual de Santa Catarina (UDESC), organiza o maior evento sobre gênero na América do Sul, o *Fazendo Gênero*, realizado desde 1994.

Nesta entrevista, respondida via e-mail em fevereiro deste ano, ela fala sobre sua formação e trajetória como pesquisadora, dos ataques sofridos pela categoria gênero dentro e

¹ Professora Associada I do Departamento de História da Universidade Federal do Ceará (UFC). É doutora em História Cultural pela UFSC e mestra em História Social pela UFC, possui graduação em Comunicação Social/Jornalismo pela Universidade Federal do Ceará. Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1294847348263407>. anaritafonteles@uol.com.br.



fora da academia e sobre os desafios da disciplina História nesse momento, pós-vitória da direita conservadora nas eleições presidenciais no Brasil. Joana Pedro preside a Associação Nacional de História (Anpuh) desde 2017. Antes de deixar o cargo em julho de 2019, ela discute como a Anpuh está enfrentando os ataques contra os professores e à produção de conhecimento e expõe os desafios colocados aos historiadores em tempos difíceis.

1 Ana Rita Fonteles Duarte: *Você é uma das maiores referências entre os historiadores brasileiros no que diz respeito aos estudos sobre história e gênero, hoje, no Brasil. Como se dá o seu interesse pela temática?*

Joana Maria Pedro: Em primeiro lugar, quero agradecer esta referência. Não me considero tão importante assim. Hoje, tem muita gente boa discutindo História das Mulheres e Relações de Gênero no Brasil. Quanto à sua questão, para chegar nos estudos de gênero na história, eu comecei discutindo História das Mulheres. Esta foi a questão de minha tese de doutorado. Entre 1988 e 1992, período em que estive afastada para fazer doutorado em São Paulo, na USP, eu não discutia relações de gênero. Quando eu comecei o curso na USP sob a orientação da Professora Maria Odila Leite da Silva Dias, eu nunca tinha ouvido falar de gênero. Minha questão, seguindo minha orientadora, era observar os papéis informais das mulheres. A discussão era: a sociedade define papéis para as mulheres, mas elas não cumprem estes papéis e trabalham, negociam, vivem, desconsiderando estas normas que exigem delas. Na minha tese – focada em Florianópolis, Santa Catarina, eu tentava mostrar que as mulheres, principalmente as mais pobres, por não terem sido apanhadas nas redes normativas que exigiam a separação entre público e privado, eram as primeiras a improvisar e a viver de maneira diversa daquela que se pretendia que vivessem. Foi durante o período do doutorado, quando eu já estava fazendo a pesquisa, que eu participei, em São Paulo, de um evento que discutia relações de gênero. Lembro que o evento tinha um pequeno cartaz que dizia “Relações de sexo X relações de gênero”. Procurei, então, perguntar para minhas colegas o que era aquilo e passamos a buscar referências bibliográficas para estudar. Formamos um grupo de estudos que se reunia uma vez por mês no apartamento que eu dividia com outras colegas em São Paulo. Maria Odila foi várias vezes nestas reuniões e trouxe para nós vários artigos – todos em inglês - discutindo relações de gênero. Nós



traduzíamos, líamos e discutíamos. Foi assim que tive contato com a questão de gênero. Note que, mesmo assim, não tive coragem de incluir esta categoria na minha tese.

Depois da defesa da tese e voltando a dar aulas, eu ofereci uma disciplina que discutia relações de gênero. Foi então que pude ler com mais atenção e incorporei a categoria. Na aula que tive que dar para o concurso de titular da UFSC, em 1993, eu explanei esta categoria e procurei mostrar o que significava. A partir de então, passei a não só incluir a categoria como a orientar mestrado e depois doutorado com essa categoria de análise.

2 - Ana Rita Fonteles Duarte: *O redirecionamento em seus estudos implicou em mudanças na tua formação como historiadora? Tua tese “Mulheres honestas, mulheres faladas- uma questão de classe”, defendida em 1992, já trabalha com uma ideia próxima de interseccionalidade, hoje muito cara aos estudos de gênero. Esta sempre foi uma preocupação sua? O que mudou nesse aspecto desde que defendeste a tua tese em relação a esse aspecto?*

Joana Maria Pedro: Na minha tese eu incluí a questão de classe, raça e de “mulheres”, não a de gênero. Eu estava fazendo, como já mencionei, História das Mulheres. Ao discutir, também, a questão da classe e incluir algumas referências à questão da raça, eu não estava trabalhando com “interseccionalidade”. Eu nem sabia da existência desta categoria. Fiz isso: pensar mulheres, classe e raça, porque minhas fontes me levavam nesta direção e pela própria orientação de Maria Odila, que teve muito peso nesta questão. Sobre a interseccionalidade, eu tive contato através da REF – Revista Estudos Feministas, da qual fui editora entre 2004 e 2005. O texto de KIMBERLÉ CRENSHAW foi publicado na Revista Estudos Feministas em 2002.² Foi, portanto, através da Revista Estudos Feministas que fiquei conhecendo esta categoria: interseccionalidade. Isso não significa que passei a usa-la imediatamente. Essa discussão esteve presente nas minhas aulas, foi texto discutido em aula, mas não necessariamente presente nos textos que escrevi. Interessante como uma categoria nova nem sempre é incorporada nos projetos e nos textos escritos. Para mim, era

² CRENSHAW, Kimberle. *A interseccionalidade na discriminação de raça e gênero*. In: **Cruzamento: raça e gênero**. Brasília: Unifem, 2004, p. 7-16. Disponível em: <http://www.acaoeducativa.org.br/fdh/wp-content/uploads/2012/09/Kimberle-Crenshaw.pdf>



como se eu estivesse aprendendo a dar nome a algo que eu, em parte, estava fazendo há algum tempo. Hoje essa categoria ganhou mais destaque³ e, inclusive, crítica⁴.

3 - Ana Rita Fonteles Duarte: *Uma preocupação muito clara em sua obra, nos últimos anos, expressa em textos e comunicações em congressos, é historicizar a produção historiográfica sobre a temática tanto no Brasil como na América do Sul? Lembro de você pontuando que, muitas vezes, o uso da palavra gênero não expressava uma análise verdadeiramente relacional nos trabalhos, sendo utilizada de maneira intercambiável a de mulheres. Como estamos hoje em termos de balanço nessa área?*

Joana Maria Pedro: Essa preocupação em historicizar os conceitos e as categorias de análise passou a se tornar cada vez mais importante para mim na medida em que eu passei a me dedicar a dar aulas e orientar teses no Doutorado Interdisciplinar em Ciências Humanas. Ali, tenho tido a oportunidade de dividir aulas e orientações com pesquisadoras da saúde, da sociologia, filosofia, antropologia, geografia, história e direito. A forma como abordávamos a mesma temática foi me apontando o que convergia e também o que nos diferenciava. Como historiadora, eu fui reforçando a discussão da historicidade. A obra de Reinhart Koselleck⁵, especialmente o livro *Futuro Passado*, me ajuda muito. Este autor me ajuda a fazer a diferença entre conceitos das fontes e categorias acadêmicas. Desta forma, eu consigo pensar o uso da categoria “gênero”, por exemplo, para épocas que não discutiam esta questão, encerrando, assim, aquela interminável discussão sobre o anacronismo do uso de categorias que não se pensava na época. Claro, a categoria é do tempo presente, o conceito é que tem que ser datado por ser encontrado nas fontes. E, quando tento mostrar a historicidade das categorias acadêmicas, mostro isso a partir de trabalhos acadêmicos. Enfim, com inspiração em Koselleck, busco perceber como a academia tem usado estas categorias: Mulher, Mulheres, Relações de gênero, etc... Essa mesma questão pode ser pensada para os movimentos sociais. Muitas perguntas podem ser feitas a este respeito. Que categorias, quais conceitos usam os movimentos? Quando os movimentos mudam os

³ AKOTIRENE, Carla. **O que é interseccionalidade?** Belo Horizonte: Letramento: Justificando, 2018; PLATERO, Raquel. **Intersecciones: cuerpos y sexualidades em la encrucijada.** Barcelona: Edicions Bellaterra, S.L., 2012.

⁴ BOUTELDJA, Houria. Raça, Classe e Gênero: uma nova divindade de três cabeças. **Cadernos de Gênero e Diversidade**. Salvador, v. 2, n. 2, 2016, p. 5-9.

⁵ KOSELLECK, Reinhart. **Futuro passado:** contribuição à Semântica dos Tempos Históricos. Rio de Janeiro: Contraponto, 2006.



conceitos que utilizam para expressar suas pautas? Sobre este assunto, o trabalho de Millie Thayer⁶ é um exemplo a ser seguido. Ela mostra como a categoria gênero foi sendo incorporada por movimentos de mulheres. O mesmo pode ser feito com conceitos usados por intelectuais. Foi o que fez Joana Vieira Borges⁷, que verificou a forma como *O Segundo Sexo*, de Simone de Beauvoir, foi lido e incorporado nos textos das intelectuais que se autodefinem como feministas. Neste caso, articula os conceitos com a história da leitura, especialmente pensando nas discussões sobre “apropriação” e “leitura”. Autores como Jean Marie Goulemot⁸ e Roger Chartier ajudam nesta discussão.

Você me perguntou também sobre o que tem sido publicado como “relações de gênero” sem verdadeiramente acionar a categoria. Isto foi muito comum nos anos noventa e início do século XXI. Muitos trabalhos que focalizavam mulheres usavam em seus títulos a palavra gênero. Isto tem sido menos frequente nesta década que estamos vivendo. Cada vez mais ocorre o inverso: trabalhos que falam de “mulheres” têm abordagem de gênero.

4 - Ana Rita Fonteles Duarte: *Você acha que avançamos em termos do reconhecimento acadêmico no que toca aos estudos de gênero ou continuamos a ser vistas somente como ativistas na universidade?*

Joana Maria Pedro: Esta avaliação pelos pares - se somos ativistas ou acadêmicas - depende do contexto político. Escutei por muito tempo a afirmação de que História das Mulheres era um tema menor, algo sem importância, pois, conforme diziam, “conhecer a história das mulheres em nada mudaria o conhecimento que se teria de história, apenas acrescentaria um detalhe a mais”. Mas a História das Mulheres fez sucesso editorial e a entrada cada vez maior das mulheres no ensino superior trouxe muita gente interessada no tema. A inclusão do gênero como categoria de análise também foi, inicialmente, rejeitada pelos pares na academia e considerada como trazendo questões muito específicas, engajadas e não oferecendo colaborações substanciais para a historiografia. Interessante notar que colegas de esquerda foram os primeiros a rejeitar. Diziam que não colaborava com a luta

⁶ THAYER, Millie. *Feminismo transnacional: re-lendo Joan Scott no sertão*. **Revista Estudos Feministas**, v. 9, n. 1, 2001, p. 103-130.

⁷ BORGES, Joana Vieira. **Para além do "tornar-se"**: ressonâncias das leituras feministas de "O Segundo Sexo" no Brasil. Dissertação de Mestrado em História. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2007.

⁸ GOULEMOT, Jean Marie. *Da leitura como produção de sentidos*. In: CHARTIER, Roger; BOURDIEU, Pierre; BRESSON, François (orgs). **Práticas da leitura**. 2. ed. São Paulo: Estação Liberdade, 2001. p. 107-116.



política da esquerda. Atualmente o contexto mudou, a discussão de gênero passou a ser perseguida, primeiramente pela Igreja Católica e depois pelas igrejas evangélicas, especialmente as pentecostais⁹. A partir de então, nossos pares começaram a se dar conta de que sim, gênero é uma questão política. Alvo de ataques de governos de direita, como o da Hungria, por exemplo, que fechou cursos universitários sobre gênero e tem negado qualquer recurso de pesquisa para essa questão. Enfim, esses governos de direita localizaram o gênero na “esquerda”, coisa que nossos pares de esquerda não faziam. Interessante como Joan Scott¹⁰ já tinha mostrado isso em 2014. Eu sempre tive certeza de que discutir mulheres e relações de gênero é estar no campo político da esquerda. Especialmente se levamos em conta o que nos esclarece Norberto Bobbio¹¹ sobre o que separa a direita da esquerda. De acordo com este autor, é a forma como atribuem importância para o ideal de igualdade. Assim, a defesa da igualdade é uma atribuição que identifica a esquerda. Para a direita a desigualdade entre as pessoas é impossível de eliminar. Portanto, o que se está fazendo é buscar a igualdade – mesmo que ela esteja no horizonte. É isso que se quer quando se estuda a história das mulheres e as relações de gênero.

5 - Ana Rita Fonteles Duarte: *A UFSC tornou-se universidade referência na produção de estudos de gênero no Brasil, atraindo estudantes de todo o Brasil e de outros países. Vocês realizam o principal evento da área na América do Sul (Fazendo Gênero) e coordenam o periódico mais importante no País (REF). O que propiciou essa liderança?*

Joana Maria Pedro: Uma série de fatores, difícil de definir qual foi o principal. Vivemos num estado muito conservador, com alta taxa de feminicídio e de violência contra as mulheres e com histórico de pouquíssimas mulheres em cargos de poder no setor público. Isso poderia ter dificultado nossas atividades, mas a Universidade é sempre um lugar de mais liberdade. Tivemos a sorte de contar com muitas colegas interessadas em pesquisar sobre “Mulheres” e “Relações de Gênero” e atuamos de maneira interdisciplinar. Quem fez o primeiro encontro “Fazendo Gênero” foi uma equipe coordenada por Zahidé Lupinacci Muzart e contou com colegas que trabalhavam ou estudavam no Centro de Comunicação e

⁹ MISKOLCI, Richard; CAMPANA, Maximiliano Campana . “*Ideologia de gênero*”: notas para a genealogia de um pânico moral contemporâneo. **Revista Sociedade e Estado**, v. 32, Número 3, set./dez., 2017, p.725-744.

¹⁰ SCOTT, Joan W. *Os usos e abusos do gênero*. **Projeto História**, São Paulo, v. 45, mar. 2014, p. 327-351.

¹¹ BOBBIO, Norberto. **Direita e esquerda: razões e significados de uma distinção política**. São Paulo: Ed. da UNESP, 1995.



Expressão da UFSC. Foi realizado entre 30 de novembro e 2 de dezembro de 1994. Em maio de 1996, foi organizado o Fazendo Gênero na UFSC, coordenado por mim e pela Prof^a. Miriam Grossi, do qual saiu um livro chamado “Masculino, feminino, plural”¹², editado pela Editora Mulheres em 1998. A Editora Mulheres era de propriedade de Zahidé Muzart, que era professora da UFSC.

E, assim, a cada 2 anos, fomos realizando o Fazendo Gênero, que foi se tornando internacional, e atraía um número maior de participantes a cada edição. Em 2010, eu coordenei, junto com as professoras Carmen Sílvia Rial e Silvia Maria Favero Arend, o Fazendo Gênero 9. Foi um evento enorme, contou com mais de 96 Simpósios Temáticos e isso nos deixou um pouco assustadas. Assim, a partir de 2010, em vista do tamanho que foi adquirindo o evento, resolvemos adiar um ano e fazer o Fazendo Gênero a cada 3 anos. E, assim, tivemos o Fazendo Gênero 10 em 2013. O próximo Fazendo Gênero, o de número 12 será em 2020, entre 27 e 31 de julho. Já estamos organizando. O que nos favoreceu? Publicamos a cada edição uma seleção dos trabalhos em revistas e livros. As pessoas se organizavam para vir para Florianópolis para o Fazendo Gênero. Em geral fazíamos o evento nos meses de inverno, quando os hotéis estavam com vagas sobrando e faziam bom preço. Contamos em várias ocasiões com a ajuda da administração da UFSC para trazer convidadas. Usamos as instalações da UFSC.

Fizemos também, a cada edição, uma parceria com a UDESC, desta forma as atividades eram sempre conjuntas e muitas vezes a UDESC nos ajudou com apoios variados, como transporte de convidados e até abrigar parte do evento.

Acabamos por constituir uma equipe que já sabe o que fazer e que ensina para as pessoas mais novas como organizar. Dividimos as tarefas e cada pessoa se encarrega de sua parte e isso deixa a equipe tranquila, pois sabem que com aquela liderança tudo vai funcionar. Além disso, o fato de fazermos o evento tantas vezes acaba por nos dar uma boa experiência de como lidar com grandes eventos.

A REF – Revista Estudos Feministas veio para Florianópolis por causa da fama que ganhamos por organizar o Fazendo Gênero. Esta revista começou a ser editada no Rio de Janeiro, com apoio da Fundação Ford, em 1992. Estava com sérias dificuldades em 1999 e as editoras do Rio de Janeiro ofereceram para Claudia Lima Costa e Miriam Pillar Grossi a editoria da revista que, caso aceitassem, passaria a ser sediada na UFSC. Na época eu era a

¹² PEDRO, Joana Maria; GROSSI, Miriam Pillar. **Masculino, feminino, plural**: gênero na interdisciplinaridade. Florianópolis: Editora Mulheres, 1998.



diretora do CFH- Centro de Filosofia e Ciências Humanas e, quando as duas professoras vieram propor que assumíssemos esta editoria, dei apoio através de um espaço dentro do CFH e disponibilização de uma funcionária – Carmem V. G. V. Ramos, que passou a atuar não só na revista como no Fazendo Gênero, encarregada das prestações de conta e dos projetos. A presença de Carmem Ramos foi um grande suporte para nossas atividades.

6 - Ana Rita Fonteles Duarte: *Como será produzir pesquisa e ensino sobre a temática de gênero nos próximos anos, no Brasil, diante das mudanças e políticas trazidas pelo atual governo nos campos da educação e ciência?*

Joana Maria Pedro: Nunca foi fácil produzir pesquisa e ensino com a temática de gênero. Agora se tornou um pouco mais difícil, mas penso que todas estas ameaças, ultimamente, não tem atrapalhado o crescimento dos estudos sobre Mulheres, Feminismos, Sexualidades e Relações de Gênero. Claro que tivemos pessoas que foram processadas, como foi o caso da Professora Marlene de Fáveri, e outras que foram ameaçadas. Mas toda essa discussão tem despertado muita curiosidade e a cada dia podemos ver mais pessoas interessadas. Acabamos de concluir um minicurso sobre “Gênero e Feminismo” na UFSC. Foi entre 18 e 21 de fevereiro e tivemos quase 1000 pessoas inscritas. Foi impressionante. Tivemos que recusar muita gente porque não tínhamos espaço para abrigar todas as pessoas.

Por outro lado, algumas pessoas estão com medo de não conseguir emprego se defenderem uma tese sobre a questão homossexual, por exemplo. Enfim, eu entendo que este governo vai fazer o possível para implementar a pauta moral e isso inclui rechaçar a discussão sobre relações de gênero, mas ainda tem muita coisa para acontecer e a luta não está perdida.

7 - Ana Rita Fonteles Duarte: *No pós-eleição, no Brasil, temos visto muitas críticas sobre o papel dos movimentos identitários, especialmente o de gênero, na derrota das esquerdas a partir da dificuldade que teria de comunicar suas demandas aos setores mais pobres ou conservadores da sociedade brasileira. Essas críticas não existem só no Brasil, mas estão presentes, de uma maneira mais geral, no repensar das propostas políticas emancipatórias. A cientista política americana Wendy Brown, que trabalha com teoria feminista, diz que o gênero se tornou algo que se pode moldar, multiplicar, problematizar, ressignificar,*



metamorfosear, ridicularizar, resistir, imitar, regular, mas não emancipar. O que você pensa dessas críticas?

Joana Maria Pedro: Além da disputa com os colegas do campo acadêmico, o estudo de gênero também encontrou oposição no próprio campo feminista. Joan Scott já falava disso no início dos anos noventa¹³. A categoria gênero era acusada de não oferecer condições políticas. Buscou-se encontrar no retorno à categoria Mulher ou Mulheres estas condições; entretanto, estas eram acusadas de essencialistas. Claudia Lima Costa¹⁴ já perguntava, em 2002, quem seria o sujeito do feminismo se não usávamos mais as categorias Mulher ou Mulheres. Neste artigo, a autora sugeria que se utilizasse “Mulher”, pensada como um “essencialismo estratégico”. De minha parte, continuo querendo acionar a categoria gênero nas análises, esta me ajuda a fugir de dicotomias, pensar as relações de maneira não estável, e a ver como as relações permeiam discursos que estão presentes na maneira como se pensa o Estado, a saúde, a educação, etc. A força analítica já tem sido suficientemente demonstrada e ganha cada vez mais oposição dos grupos fundamentalistas de direita. Mais do que nunca, é preciso reforçar a discussão utilizando a categoria gênero.

8- Ana Rita Fonteles Duarte: *Além da disputa em torno do que seria a ideologia de gênero, a última campanha presidencial que levou Jair Bolsonaro ao poder foi marcada pelo uso de fake news, do negacionismo histórico e tentativas de cercear o trabalho do professor em sala de aula. Qual o papel e os desafios de historiadores, seja como pesquisadores ou professores, nessa nova conjuntura?*

Joana Maria Pedro: Os desafios para a pesquisa e o ensino de História são internacionais. Não é apenas no Brasil que o revisionismo e o negacionismo ganham destaque com a emergência política da direita. Em cada país, o contexto leva a alguma forma de revisionismo histórico. No Brasil, a questão da ditadura militar e da escravidão tem se tornado importante em vista das tentativas de negar e de rever o que se tem escrito até o momento. A dita “ideologia de gênero” também é uma discussão internacional. O que eu penso é que outros países estão vivendo esta mesma situação e podemos aprender com

¹³ SCOTT, Joan. *História das Mulheres*. In: BURKE, Peter (org.) **A escrita da história**. São Paulo: UNESP, 1992. p. 63-95.

¹⁴ COSTA, Claudia de Lima. *O sujeito do feminismo*. **Cadernos Pagu**, n. 19, 2002, p. 80.



pesquisadores e professores desses países para ver o que tem sido feito e como enfrentar localmente esse mesmo problema. Temos, também, que nos unir. A palavra de ordem “ninguém solta a mão de ninguém” deve ser aplicada para a pesquisa e o ensino de História. Quando algum professor(a) sofrer qualquer forma de perseguição, as associações científicas e os sindicatos têm que ser acionados. E mais: os colegas precisam cuidar uns dos outros, não deixar que qualquer pessoa fique solitária diante da perseguição. Além disso, precisamos reforçar que o conhecimento que pesquisamos, analisamos e publicamos é fruto de trabalho sério, baseado em fontes que passam por crítica intensa e facilmente localizável. O ofício do(a) historiador(a) é este, e vamos exercer com rigor o que aprendemos a fazer.

9 - Ana Rita Fonteles Duarte: *Você finaliza, em julho de 2019, seu mandato como presidente da Anpuh. Como a entidade vem se preparando para lidar com os ataques governamentais ao ensino e à produção de saber? Há estratégias definidas sobre isso?*

Joana Maria Pedro: Sim, a ANPUH-Brasil tem adotado várias estratégias: 1) produção de manifestos que extrapolam o nosso ofício e avançam no terreno da política; 2) incluímos na página da ANPUH-Brasil manuais do que fazer quando qualquer associado(a) é atacado(a) e perseguido(a); 3) buscar, cada vez mais, atuar para o grande público, o que significa tornar mais popular o conhecimento que temos acumulado em todos esses anos; 4) união com outras associações científicas. Entendemos que esta é uma luta que vai além do trabalho com a História. Envolve educação, Ciências Humanas e, enfim, a ciência como um todo. É por isso que, ultimamente, temos publicado ações e manifestos junto com várias associações científicas. Pretendemos, também, acompanhar, no Congresso Nacional, as propostas de leis para tentar impedir a aprovação daquelas que venham a prejudicar nosso campo de pesquisa e ensino e, mais, apoiar projetos que nos protejam e ajudem.

Agradeço muito as perguntas tão bem formuladas, grande abraço!